

Moção

LEIRIA EXIGE MAIS!

Ao 40.º Congresso Nacional do PSD



Assembleia Distrital de Leiria

Índice

A)	Vida e bem-estar	3
1.	SAÚDE	3
2.	NATALIDADE	11
3.	HABITAÇÃO	13
4.	SEGURANÇA SOCIAL	14
5.	FLORESTA	16
B)	Desenvolvimento socioeconómico	19
1.	CARGA FISCAL DAS EMPRESAS E TRABALHADORES	19
2.	EMPREGO	24
3.	UNIVERSIDADE POLITÉCNICA DE LEIRIA	27
C)	Mobilidade	32
1.	A RODOVIA	32
2.	MONTE REAL	35
3.	FERROVIA, UM COMBOIO CADA VEZ MAIS DIFÍCIL DE APANHAR	36

A) Vida e bem-estar

1. SAÚDE

A importância do Serviço Nacional de Saúde (SNS) é inquestionável! É, sem dúvida, uma das maiores e melhores conquistas da democracia, que deve ser cuidada, acarinhada e munida de todas as condições que garantam que qualquer português ou portuguesa tenha acesso a cuidados de saúde.

No entanto, atualmente, apresenta cada vez mais problemas de organização, de planeamento, mostra-se pouco eficiente, não responde adequadamente às principais causas de morte prematura, nem às doenças de elevada magnitude que o País enfrenta, não atua em proximidade de cuidados, não se articula com o setor privado, não previne adequadamente a doença, não envolve os cidadãos no processo de decisão em saúde, tem sérios problemas no acesso a vários tipos de serviços e não garante a qualidade dos cuidados de saúde que os portugueses necessitam.

Assolados com tanto trabalho, constrangidos pela falta de condições e pela insegurança que sentem no exercício da sua atividade, expostos a centenas de episódios anuais de violência, dentro das instalações do SNS e sujeitos aos sucessivos atropelos dos direitos laborais e deontológicos, os profissionais de saúde, extenuados e descontentes, demitem-se dos seus cargos, pedem milhares de escusas de responsabilidade profissional, recusam fazer mais horas extraordinárias e abandonam o SNS.

O subfinanciamento crónico do SNS está bem refletido, nos cerca de 50% dos hospitais que estão em falência técnica. As listas de espera de meses ou anos, para a realização de consultas, exames de diagnóstico e de cirurgias com efeitos dolorosos para os cidadãos, evidenciam a incapacidade que o SNS tem tido em prestar cuidados em tempo útil e coloca em causa o direito fundamental dos cidadãos ao acesso à saúde.

Penalizados pelos atrasos nos diferentes níveis de cuidados e por uma desconfiança crescente, os portugueses procuram cada vez mais os sistemas de saúde privados, sendo já cerca de 5 milhões, os que têm seguro de saúde ou um subsistema de saúde.

Independentemente de todos estes defeitos e de todas as oportunidades de melhoria o SNS deve ser acarinhado por todos nós, porque, é fulcral para a maioria dos portugueses.

Todos temos que lutar para que o SNS não se torne um serviço pobre, destinado aos pobres. Temos de o tornar mais cativante e humanizante e menos degradante ou penalizante.

Aqueles que negam a existência de problemas no SNS são os mesmos que deixam cerca de 1,2 milhões de portugueses sem médico de família, apesar das inúmeras promessas por cumprir. São os mesmos que ficam indiferentes às quase 50% de pessoas de menores rendimentos que são forçadas a adiar as consultas por razões económicas. São os mesmos que desprezam os cerca de 5.000 portugueses em lista de espera, para realização de uma cirurgia oncológica. E, são os mesmos que deixam, tantos e tantos cidadãos, com forte suspeita de cancro do cólon, à espera, em média 8 meses, para realizar uma colonoscopia.

Valores absolutamente humilhantes e que devem indignar a consciência coletiva. Aqueles que publicitam, amiúde, a entrada

de mais e mais profissionais de saúde para o SNS, são os mesmos que não se envergonham dos mais de 200.000 cidadãos que em 2021 permaneciam em espera para realizar uma cirurgia. Dezenas de milhares dos quais há mais de um ano (no final de 2019 mais de 27.000 esperavam por uma cirurgia há mais de um ano, mais 27% do que em 2018). E, são os mesmos que não tem pudor em deixar, para trás, milhares e milhares de pessoas, 3, 6, 12 ou mais meses à espera para realizar exames de imagiologia ou ter consulta de especialidade.

Finalmente, aqueles que apesar de admitirem existir complexidade e disfuncionalidade nos serviços de urgência são os mesmos que ficam imperturbáveis com a revolta sentida pelos familiares, quando veem os seus parentes, em perigo de vida, a serem transferidos para outros hospitais, porque a urgência do seu hospital de proximidade, tinha acabado de encerrar por falta de médicos. São os mesmos que, indiferentes, veem chorar as mães que encontram os serviços de urgência pediátrica subitamente encerrados. São os mesmos que veem as grávidas a lamentar-se por terem sido obrigadas a ter os seus filhos bem longe da sua residência, porque tiveram a infelicidade de esbarrar na porta de uma urgência obstétrica, entretanto encerrada, por falta de obstetras.

A notória falta de planeamento dos recursos humanos e materiais tem ensombrado a gestão dos ministérios da saúde socialistas e intimida cada

vez mais os portugueses que, diariamente, lutam desesperadamente para terem o direito à saúde, que julgavam garantido. Ninguém consegue imaginar quanta morte e invalidez teria sido poupada aos nossos concidadãos se os hospitais e centros de saúde estivessem dotados dos meios humanos e materiais que os portugueses merecem.

A carência de meios humanos e de equipamentos são também um problema, que persiste há vários anos, nos Hospitais e Centros de Saúde do distrito de Leiria, que urge colmatar.

É necessário proceder ao levantamento de todas essas necessidades e reivindicá-las junto ao Ministério da Saúde, que desde há muito se tem escapado à sua responsabilidade política e moral, para com esta região.

É inconcebível que ao longo dos últimos anos, a tutela nada tenha feito para combater os vários estrangulamentos existentes nos seus hospitais e centros de saúde. É inadmissível ver os serviços

de urgência sucessivamente encerrados no período noturno e os doentes agudos ou emergentes desviados para outros hospitais, fora da região.

É intolerável ter de assistir à extrema dificuldade sentida pelos cidadãos mais desfavorecidos em marcar a consulta que mais necessitam, dentro de um prazo razoável. É insuportável verificar a exiguidade de camas para paliativos, constatar que o internamento domiciliário persista irrelevante ou observar os numerosos doentes oncológicos da região a deslocarem-se, penosamente, para os IPO de Coimbra ou Lisboa, ambos a necessitarem de uma requalificação de monta. É inacreditável que a literacia na área da saúde, sempre prevista pela legislação socialista, continue a não ser mais do que um processo de intenção.

Para inverter este panorama sombrio e penoso, propõe-se:

- 1- Construir um centro de tratamento oncológico, na região.
- 2- Construir o novo Hospital do Oeste.
- 3- Criar um Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde da Marinha Grande
- 4- Reforçar os cuidados paliativos na região.

- 5- Ampliar os serviços de internamento domiciliário na região.
- 6- Estender a rede de cuidados continuados.
- 7- Incentivar o uso dos diferentes serviços do SNS 24, mormente, das teleconsultas, expandindo a rede Balcão SNS 24, na região, de modo a melhorar a acessibilidade e levar o SNS a todos os cidadãos do distrito.

- 8- Implementar uma rede de vídeo consultas na região destinadas, sobretudo, aqueles que apresentam dificuldades na sua mobilidade ou que estejam longe dos centros de saúde ou se encontrem em situação de exclusão digital.
- 9- Introduzir programas que valorizem a atividade física, combatam a obesidade e privilegiem a dieta do mediterrâneo, de modo a combater dois dos maiores flagelos da nossa sociedade, a obesidade e o sedentarismo.
- 10- Desenvolver a literacia em saúde, que salva vidas, em parceria com as autarquias, socorrendo-se dos parceiros institucionais melhores colocados no distrito.
- 11- Implementar nas escolas do primeiro ao terceiro ciclo do distrito um projeto pioneiro, apelidado

“Como te manteres saudável”, que pretende instituir estilos de vida saudáveis, na população escolar.

- 12- Desenvolver um projeto que vise identificar todas as pessoas que vivam em isolamento social e sofram de solidão, uma vez que, ambos os conceitos não são sinónimos. As autarquias em parceria com os centros de saúde devem esforçar-se por identificar as pessoas que vivam sozinhas ou sofram de solidão e promover os meios necessários para a enfrentar. Visitas regulares de equipas técnicas de ação social, de voluntários, linhas de apoio telefónico e de telemonitorização, são algumas das armas mais eficazes no combate a esse grave problema social com séria repercussão na saúde pública.

- 13- Introduzir um programa de saúde, nos âmbitos da clínica dentária, deficiência visual e auditiva, destinada às famílias mais economicamente desfavorecidas.
- 14- Lançar a construção de uma unidade residencial para acolher todos os doentes mentais crónicos, que sejam intratáveis ou não tenham suporte familiar.
- 15- Rever os valores pagos às empresas e às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários que fazem transportes de doentes não urgentes, de modo a que não
- 16- existam cidadãos que deixem de fazer os seus tratamentos médicos, por falta de transporte.
- 17- Contratar todos os profissionais de saúde necessários para preencher as vagas em aberto nos Centros Hospitalares do distrito e, também, na rede de cuidados de saúde primários, melhorando para isso as condições laborais desses profissionais de saúde. Se para tal, no imediato, for necessário recorrer ao setor privado, contratualizando e garantindo assim a todos o acesso aos cuidados de saúde.
- 18- Melhorar os serviços de saúde com maior oferta nas aéreas não urgentes da psiquiatria e psicologia.

2. NATALIDADE

Uma das maiores riquezas do Mundo é o Capital Humano, já que uma sociedade que não consegue renovar as suas gerações, aventura-se a perder conhecimento, fica limitada na sua capacidade em se transformar e amputada no seu desenvolvimento e crescimento económico.

Importa, assim, evitar a todo o custo o suicídio demográfico de uma nação, pelo que, uma das grandes preocupações que deve nortear a ação de qualquer governo, deverá ser a implementação

de políticas e medidas promotoras da natalidade, nas suas várias envolventes.

Segundo as previsões mais pessimistas do INE, Portugal arrisca-se daqui a quarenta anos a perder até 30% da população atual. Há várias décadas que o número de nascimentos se mantém reduzido e as pálidas políticas de incentivo ao aumento da natalidade, não se têm mostrado eficazes para inverter essa tendência, empurrando Portugal para a 5ª taxa de natalidade mais baixa de toda a União Europeia.

Devido à redução da taxa de natalidade e ao aumento da esperança média de vida, a pirâmide populacional está cada vez mais invertida. A médio prazo esta situação poderá colocar em causa a sustentabilidade da segurança social, dos sistemas de saúde e atrofiar o desenvolvimento económico.

Urge por isso apoiar e incentivar a natalidade, valorizando os salários, implementando medidas que contribuam para a conciliação entre a vida profissional e familiar, aumentando a oferta de creches e ensino pré-escolar de acesso universal e

gratuito, com horários alargados, incrementando os diferentes subsídios dirigidos às famílias com menores rendimentos, expandindo a duração da licença de parentalidade, para 6 meses, comparticipada a 100%, promovendo uma política de habitação acessível e diminuindo a carga fiscal sobre as famílias.

O rejuvenescimento social também pode ser conseguido introduzindo medidas que desincentivem a emigração dos nossos jovens e que propiciem condições de atratividade direcionadas aos imigrantes.

3. HABITAÇÃO

A falta de habitação acessível é um dos grandes problemas sociais que o País enfrenta. A Constituição da República Portuguesa estabelece no seu artigo 65.º que todos os portugueses têm direito a uma habitação condigna.

No entanto, esse desiderato está muito longe de ser alcançado, pelo que, se torna imperativo promover uma política de arrendamento acessível, construir mais habitação social e/ou habitação a custos controlados, para posterior atribuição a jovens

e famílias de menores rendimentos, renovando as zonas históricas das nossas cidades e vilas, dando-lhes vida e apostando na reabilitação do parque habitacional degradado e devoluto.

Os nossos jovens hoje confrontam-se com uma dificuldade imensa de acesso à habitação, o que coloca a tão desejada emancipação jovem em causa, fazendo com que continuem até mais tarde em casa dos seus pais e, assim, atrasem os seus projetos familiares.

As rendas em muitas cidades do país e em algumas vilas e cidades do nosso distrito ascendem a valores que não se coadunam com os parcos

rendimentos auferidos pelos jovens em início de carreira. A aquisição de habitação própria também é uma realidade longínqua, considerando o preço dos imóveis e os rendimentos auferidos pelos jovens cidadãos. Realidade que ainda se vai agudizar mais com o previsível aumento das taxas de juro.

Face ao exposto urge que o Governo crie medidas que facilitem o acesso à habitação pelos mais e menos jovens. Através de

programas de apoio ao arrendamento e da criação de benefícios e isenções fiscais, a acrescer à já acima referida política ativa de construção e/ou colocação de habitação no mercado de arrendamento a custos controlados.

Da mesma forma que é essencial que o Estado coloque no mercado imobiliário e de arrendamento os milhares de edifícios que tem por todo o país, muitos deles devolutos, vagos ou subaproveitados.

4. SEGURANÇA SOCIAL

Todos sabemos que a Segurança Social (SS) é fundamental para reduzir a pobreza, garantir a proteção dos indivíduos, atenuar a desigualdade social e manter a coesão da sociedade.

O Sistema Social (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações) sustenta atualmente cerca de 3,6 milhões de pensionistas, dos quais 1,2 milhões recebem abaixo de 635 euros, mensais. Paga ainda um assinalável conjunto de prestações sociais que contribuem notoriamente para melhorar a condição de vida dos portugueses. Sem algumas delas, o número de

pessoas que viveria abaixo do limiar da pobreza, mais do que duplicaria.

Em março de 2022, a Segurança Social pagava cerca 1,7 milhões de prestações sociais, o que permitiu a muitos dos nossos compatriotas, minimizar as suas dificuldades quotidianas.

Mais de 1,6 milhões dos nossos concidadãos vivem abaixo do limiar da pobreza, que em 2020 era de 554 euros, e quase 20% da população está em risco de pobreza ou exclusão social. Mais de 45% das famílias portuguesas não pagam IRS e rendimentos relativamente baixos já começam a ser tributados! Há somente cerca de 52.000 famílias que declaram mais de 100.000 euros, por ano. Apenas 1% dos agregados familiares que entregaram declaração de IRS! Estamos, por conseguinte, perante um país cada vez mais pobre.

À crueldade destes números o PSD não tem estado indiferente e a todo o momento tem procurado conseguir todo o tipo de proteções e amparos que permita uma vida mais digna a todos os

portugueses que se encontram numa posição de maior fragilidade social.

O governo atual decidiu aumentar as pensões abaixo de 1108 euros mensais, em 10 euros, para fazer face ao impressionante aumento do custo de vida. Tal aumento parece-nos, contudo, ser manifestamente insuficiente, pelo que ora se defende um novo aumento extraordinário aos mesmos pensionistas, reiterando, assim, a importância que o PSD coloca nas questões sociais.

5. FLORESTA

No século XXI falar de vida e bem-estar é necessariamente falar de ambiente. E no distrito de Leiria falar de ambiente é falar daquelas que foram as maiores tragédias das últimas décadas que, no fatídico ano de 2017, marcaram penosamente praticamente todo o distrito e todas as suas gentes.

Os incêndios florestais tiveram, em 2017, um impacto terrível no distrito de Leiria.

Em junho atingiram brutalmente os concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos e, em Outubro, atingiram o denominado Pinhal de Leiria (Pinhal do Rei), onde em poucas horas foram queimados séculos de história.

Foram perdas incontáveis em termos económicos, naturais, turísticos e, sobretudo, humanos. Por infeliz ironia, tais catástrofes proporcionaram, no entanto, aos decisores políticos um cenário de recomeço e, sobretudo, a oportunidade para finalmente se olhar para a floresta na globalidade dos seus recursos e para o ordenamento do território como uma ferramenta de facto e não apenas um conjunto de legislação adaptável a interesses circunstanciais e momentâneos.

Infelizmente não foi o que assistimos!

As potencialidades da fileira florestal enquanto fator de atração de investimento e de população à zona do Pinhal Interior deviam assumir aqui um nível acrescido de preocupação.

A sustentabilidade da floresta deve ser conjugada com o dever do Estado de proteção às populações, que tanto falhou em 2017. O respeito pela topografia e pelas espécies endémicas deve prevalecer sobre a exposição indiferenciada do terreno a espécies importadas ou invasoras, potenciando a segurança dos territórios menos densos em termos de população, mas também criando atratividade para a fixação de população numa zona que era, já antes dos incêndios, uma das mais expostas ao êxodo populacional.

O governo socialista apesar das inúmeras e infundáveis promessas nada fez pela floresta que desapareceu no distrito de Leiria. Não reflorestou nem reordenou o Pinhal Interior, nem reflorestou devidamente o Pinhal de Leiria, que a cada dia que passa, cada vez mais, parece um território deixado ao abandono.

Para além deste comportamento omissivo do governo revelar uma imensa falta de estratégia, releva também uma desconsideração por aquela que é uma das nossas maiores riquezas naturais, a floresta! Não

é só um desrespeito pelos leirienses, é um despeito por todos os portugueses!

Urge reordenar e reflorestar os concelhos do interior do distrito de Leiria, da mesma forma que urge dar uma nova vida ao Pinhal de Leiria, reflorestando-o e devolvendo esse pulmão verde a todo o país.

B) Desenvolvimento socioeconómico

1. CARGA FISCAL DAS EMPRESAS E TRABALHADORES

No ano de 2021 a carga fiscal atingiu o valor mais alto de sempre, cifrou-se em 35,8% do PIB, atingindo 75,6 mil milhões de euros.

Esta carga fiscal, note-se, é excessivamente pesada em todo o território, por exemplo, não beneficiando significativamente as empresas que escolhem instalar-se em territórios mais “difíceis”.

A diferenciação positiva com que em matéria fiscal se pretende beneficiar as empresas que se instalam no interior é manifestamente insuficiente

face aos objetivos atendíveis, não premiando o esforço de se instalarem em locais tendencialmente

desertificados e onde o acesso à grande generalidade dos recursos se reveste de gastos adicionais

Este é um cenário bem conhecido do Distrito de Leiria.

Caracterizado por ter um território tão diversificado quanto o investimento que aqui se fixa, mas, acima de tudo, por uma forte assimetria interior/litoral.

Leiria é um distrito que se caracteriza pela elevada industrialização e pelo constante crescimento do setor terciário, nomeadamente o turismo, que em 2018 já representava 55,6% dos trabalhadores por conta de outrem.

Nos últimos anos, o distrito afirmou-se nos mais diversos setores, pelo investimento em tecnologia, na inovação e, de forma muito premente, na internacionalização.

Ora, nada é mais importante para um território e para um país, do que ter postos de trabalho para a população que aí reside, pelo

que, urge utilizar a política fiscal, como ferramenta de fixação de pessoas e de empresas.

Note-se que, a pandemia de Covid-19 veio trazer-nos diferentes perspetivas, não só do ponto de vista social, mas essencialmente, do ponto de vista laboral. Criámos métodos de trabalho plurilocalizados e percebemos que podemos estar em qualquer parte do mundo a partir de um posto de trabalho remoto.

Concomitantemente, cumpre aliar o dinamismo empresarial do distrito a estas novas formas de trabalho e às necessidades de fixação da população.

Uma vez mais, a política fiscal representa um importante requisito quando uma pessoa decide fixar-se num determinado local para trabalhar remotamente.

Pelo que, está na hora de criar um regime fiscal que promova a fixação de população no território.

A dinâmica empresarial do distrito é inequívoca, pelo que cumpre aliar este espírito não só à qualificação da população, mas, ainda, à sua fixação no território.

Não basta termos empresas e postos de trabalho, necessário é tomar medidas para que a mão-de-obra disponível preencha essas necessidades. Pelo que, urge criar uma dinâmica formativa transversal.

Uma pessoa aos 50 anos tem, ainda, muitos outros para trabalhar, podendo adquirir competências em áreas diferentes daquelas onde trabalhou ao longo dos anos.

Identificam-se, portanto, três grandes problemas:

- Carga fiscal elevada;
- Falta de mão de obra qualificada;
- Territórios com grandes assimetrias.

Assim, e para o corrigir, propõe-se:

1- A criação de um regime fiscal que permita beneficiar os trabalhadores que se desloquem dos grandes centros para os concelhos do interior, nomeadamente em sede de IMT, IS e IRS:

- a. Isenção de IMT na aquisição de habitação própria e permanente nos concelhos identificados como em risco de desertificação.
- b. Isenção de Imposto do Selo na aquisição de habitação própria e permanente nos concelhos suprarreferidos – no que se refere à concessão de crédito.
- c. Aumentar as despesas passíveis de dedutibilidade em IRS, nomeadamente no que respeita às despesas atinentes à realocação e à habitação.

2- Criar um programa de bolsas de estudo apoiado pelas empresas em que estas apoiam jovens estudantes nas áreas profissionais requisitadas pelas empresas, como forma de atrair estes jovens a aí trabalharem no fim dos estudos:

- a. Dedutibilidade em sede de IRC da totalidade das despesas incorridas com este programa em percentagem a estudar.

3- A criação de um programa de requalificação profissional adaptado às necessidades identificadas pelas empresas: este

pode ser ministrado e suportado pelas próprias empresas, concedendo-se, em IRC, a possibilidade de dedutibilidade deste custo percentagem a estudar.

4- A criação de um programa fiscal de apoio às empresas fixadas no interior que abranja os impostos: IRC, IS e IMT:

- a. Redução das taxas de IRC e de Tributação Autónoma.
- b. Isenção de IS nos financiamentos para a criação efetiva de postos de trabalho.
- c. Isenção de IMT na aquisição de imóveis que se destinem ao exercício de uma atividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços em territórios do interior.

2. EMPREGO

Portugal desde há muito que se vê confrontado com sérios estrangulamentos estruturais a nível da economia. Muitos trabalhadores e empregadores apresentam um tremendo défice de qualificações, o investimento na ciência e inovação é anémico, a burocracia e ineficiência do Estado tece uma teia que atravanca o desenvolvimento da nação, o setor público e privado,

extremamente endividado, condiciona o crescimento, a carga fiscal é demasiado pesada e a desigualdade social continua tristemente florescente.

Todos estes estrangulamentos têm conduzido o País a uma sucessiva perda de competitividade e sustentabilidade económica. A qualificação dos portugueses continua a enfrentar desafios difíceis de superar, nas áreas da educação, formação e aquisição de competências específicas. A aposta em todas estas áreas permitirá ao País encontrar os caminhos que lhe garantirão os necessários ganhos de produtividade e competitividade e permitirão retirar Portugal do segundo lugar no mundo, em que as empresas têm mais dificuldade em contratar pessoas com as mais adequadas habilitações, ou seja, talentos.

Somos o sétimo país da UE com menor produtividade, por hora de trabalho, pelo que é fundamental continuarmos a investir no capital humano. Como forma de melhorar a produtividade e combater os baixos salários dos trabalhadores é imperioso que se implementem uma combinação de diferentes instrumentos, designadamente, aqueles que visem a melhoria do clima organizacional, incluindo as condições no local de trabalho e os

que permitam a introdução de uma política de incentivos, sempre que os objetivos individuais, coletivos ou empresariais sejam alcançados.

Por outro lado, não podemos continuar a aceitar que a precaridade laboral domine o mercado de trabalho. No seio da União Europeia Portugal é um dos países que mais recorre ao trabalho temporário e a contratos a prazo.

A Região de Leiria, à semelhança de outros territórios, necessita de reforçar e promover a aposta na qualificação profissional, vocacionada para as necessidades das empresas, adaptar o ensino técnico-profissional das escolas existentes à realidade empresarial da região e bater-se pela construção de um Centro de Formação Profissional. Mas as questões do emprego não passam somente pela qualificação.

Devido à gigantesca falta de mão de obra, é fulcral que o País assuma urgentemente uma política atrativa que se direcione para a fixação dos nossos talentos e uma outra que crie condições para

a captação de imigrantes que possam responder às necessidades de contratação que as empresas da região e do país hoje sentem.

3. UNIVERSIDADE POLITÉCNICA DE LEIRIA

O Instituto Politécnico de Leiria é uma instituição de ensino superior público de excelência do distrito de Leiria, sendo verificável que ano após ano vê aumentar o seu número de alunos provenientes de todo o país e, desta forma, é um dos meios mais eficazes de promover o nome de Leiria a nível nacional e internacional.

Em 2019, o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos promoveu o estudo “O impacto económico dos institutos superiores politécnicos em Portugal”, onde procurou apreciar a importância e a repercussão que os Institutos Politécnicos possuem nos territórios onde se encontram inseridos, designadamente ao nível socioeconómico.

Realizando uma análise exaustiva, o Instituto Politécnico de Leiria assume a posição dianteira em praticamente todos os critérios avaliados, podendo-se concluir que se encontra entre os melhores

do país, senão o melhor do país. Deste estudo, destacamos alguns critérios que auxiliam a perceber o porquê da afirmação descrita acima:

- A atividade económica gerada pelo Politécnico de Leiria é de 129 milhões de euros, o que representa 4,16% do PIB da região;
- O Instituto Politécnico de Leiria é a instituição de ensino superior politécnico que, neste estudo, detinha o maior número de estudantes, de docentes, de funcionários e o mais relevante efeito multiplicador de empregos de todas as IES Politécnicas que fizeram parte deste estudo.

Ora, estes dados, positivos por si só, são ainda mais surpreendentes se tivermos em consideração um dado que não pode ser ignorado: o Politécnico de Leiria é a segunda instituição de ensino superior politécnica com menor investimento público por aluno.

Para estes resultados muito contribui a política de gestão do Politécnico prosseguida nos últimos anos, de forma a saber apostar em projetos inovadores, em primar pela excelência no ensino através do recurso a cursos e métodos de ensino que dão respostas aos problemas da sociedade, assim como pela

valorização da relação do Politécnico de Leiria com os *stakeholders*, em especial com o mundo empresarial.

Esta ligação é relevante para que alunos e professores possam dar novas respostas às necessidades das empresas, melhorando o percurso curricular dos alunos, mantendo os professores próximos dos problemas que assolam o mundo empresarial e permitindo que a inovação gerada por alunos e professores gere frutos e promova o desenvolvimento do mundo empresarial e de riqueza para toda uma região e de um país, como é o nosso caso.

No entanto, existem alguns impedimentos que são castradores do crescimento do Politécnico de Leiria, sendo que destacamos dois: a nomenclatura da instituição e a possibilidade de poderem ministrar doutoramentos.

A primeira amarra possui consequências brutais na atração de alunos estrangeiros, prejudicando assim o financiamento da instituição proveniente de fontes diferentes daquelas relacionadas com as propinas cobradas aos alunos nacionais e com a Lei do Orçamento do Estado.

O que se verifica no terreno é que é um desafio imenso captar novos alunos estrangeiros devido à ausência da referência à palavra “Universidade”, pelo que é nossa intenção apoiar o Instituto Politécnico de Leiria no sentido em que este possa passar a ser designado de Universidade Politécnica de Leiria, continuando a ser uma instituição

altamente diferenciada das restantes instituições de ensino superior universitário, verificando-se apenas a mudança de nomenclatura de forma a ser reconhecida lá fora como a “Polytechnic University of Leiria”.

A segunda amarra possui outra implicação, não só nas fontes de financiamento, mas também no reconhecimento do mérito intelectual do Politécnico de Leiria, assim como no desenvolvimento e na produção de conhecimento relevante para a comunidade empresarial e para a criação de riqueza nacional.

Como bem é sabido, existe um forte quadro legislativo que impede que os institutos politécnicos possam lecionar doutoramentos por si só, sendo que apenas estão autorizados por lei a dar doutoramentos em regime de associação com universidades. No entanto, a possibilidade de atribuir doutoramentos deveria de ser em função do mérito e da avaliação dos resultados das

Instituições de Ensino Superior (IES) e não única e exclusivamente pelo facto de as IES pertencerem ao subsistema de ensino superior universitário em vez do subsistema de ensino superior politécnico, quando ambos os sistemas possuem a missão de produzir inovação e conhecimento em prol da sociedade que servem.

Desta forma, defendemos que os cursos de Doutoramento possam ser lecionados por ambas as entidades, graças à alteração do critério legislativo que determina que estes cursos só podem ser lecionados pelo subsistema do Ensino Superior Universitário por outro critério em que tenha em conta os resultados, os métodos pedagógicos, as condições para a investigação, as necessidades do território e o mérito das Instituições de Ensino Superior.

De referir ainda que o Distrito de Leiria é o único distrito costeiro entre Braga e Lisboa que não possui Universidade e, mesmo assim, verifica-se que milhares de alunos procuram o Politécnico de Leiria para construírem a sua carreira e a sua formação académica todos os anos.

Assim, congratulando o Instituto Politécnico de Leiria pelos excelentes resultados alcançados ao longo da sua história, pela consolidação de um inegável e invejável percurso, assim como pelo estabelecimento de uma imagem positiva no contexto regional, nacional e internacional, defende-se que o Instituto Politécnico de Leiria deve ser convertido na Universidade Politécnica de Leiria, assim como possa a ser permitida o lecionamento de cursos conferentes do grau de Doutoramento pelas instituições do subsistema do Ensino Superior Politécnico de forma independente.

C) Mobilidade

1. A RODOVIA

A Rodovia e a sua requalificação têm sido uma luta que dura há muitos anos e que o PSD tem também tido a preocupação de trazer aos Congressos e aos demais fóruns, com o intuito de haver uma estratégia concertada entre os agentes políticos.

Assim, é importante lembrar duas das vias estruturantes do nosso distrito, que têm merecido um conjunto de ações de

sensibilização e inclusivamente a criação de movimentos de cidadãos (incluindo também uma Petição Pública em discussão na Assembleia da República).

A maioria das empresas tem lutado por sobreviver e sente que continuamos a ter um país que não promove a Coesão Territorial, principalmente para aquelas empresas que decidiram fixar-se no interior.

É nosso dever lutar por promover essa Coesão Territorial, que passa também por garantir acessibilidades rodoviárias seguras e rápidas, nomeadamente em duas dessas vias estruturantes.

No IC8, eixo que faz a Ligação entre a A17 e a A23, promovendo a ligação principal entre o litoral e o interior. O troço de que estamos a falar tem cerca de 20 km, e faz a ligação entre Pombal e Ansião. Este troço não tem as características de um Itinerário Complementar e foi o único troço que não foi requalificado. É um dos eixos com maior sinistralidade, percorrido diariamente por milhares de utilizadores, incluindo transportes de mercadorias,

pois faz a ligação à A1, à Ferrovia, ao Porto da Figueira da Foz e também ao interior do país, através da A23.

No IC2, eixo que liga Lisboa ao Porto, com um tráfego muito intenso, atravessando inúmeros núcleos urbanos, para além de incluir um dos principais corredores pedonais do país, desprovido de infraestruturas que garantam a segurança aos seus utilizadores. Esta é uma das estradas de maior importância da região centro e para a Coesão da Rede de acessibilidades do distrito de Leiria, sendo o principal eixo de transporte do país.

Este via foi alvo de uma recente intervenção no troço entre Condeixa e Coimbra e junto ao perímetro urbano da cidade de Leiria, sendo urgente que se concretize a intervenção do troço entre Leiria e Pombal e melhoria entre Benedita e Leiria (embora hajam existam intervenções).

Fundamental também para a região e, em particular, para o sector empresarial de Pombal e norte de Leiria é a criação de um **“nó de acesso” à A1 (auto estrada do Norte) na zona de Barracão/Meirinhas**. A ligação do IC2 à A1 (que neste local se cruzam) para além de representar uma obra perfeitamente

fazível, permitirá que as populações e as empresas rapidamente acedam à principal auto estrada do país, contribuindo para uma melhoria significativa da segurança rodoviária e da competitiva de toda esta zona. Este investimento é urgente!

É nosso dever continuar a pugnar pela inclusão destes Investimentos nos documentos estratégicos do próximo quadro comunitário, sob pena de continuarmos a assistir à fuga dos investidores, para outras regiões, mas também à deslocalização de empresas para locais com melhores acessibilidades e segurança, ou à fuga da população para aglomerados

urbanos com mais população e com maiores facilidades ao nível dos transportes e das acessibilidades.

2. MONTE REAL

A Assembleia da República aprovou, no dia 19 de janeiro de 2018, um Projeto de Resolução do PSD que recomenda ao Governo a abertura da Base Aérea de Monte Real a voos civis.

Este diploma recomenda ao Governo que desenvolva as ações necessárias para que a base da Força Aérea Portuguesa possa ser transformada num aeroporto que permita voos civis, tal como, é o desígnio de todas as forças vivas da região, pelas inequívocas potencialidades que pode trazer para o desenvolvimento da economia regional aos mais diversos níveis.

Nesta recomendação aprovada pelo Parlamento, o PSD argumenta que a região centro do país é a única sem uma infraestrutura aeroportuária e que esta temática do uso civil da base militar de Monte Real tem sido abordada como um projeto âncora para toda a região.

Um dos fatores mais salientados prende-se, por exemplo, com a proximidade do Santuário de Fátima, onde se deslocam anualmente mais de quatro milhões de pessoas, uma vez que este tem sido um dos motivos apontados como favorecendo o interesse do projeto.

Não há dúvidas de que o país necessita de um aeroporto aberto a voos civis na zona Centro, pelo que se podermos aproveitar uma

infraestrutura já existente, como é o caso da base aérea de Monte Real, o país sairá a ganhar.

Parece-nos evidente que urge continuar a defender a abertura da base aérea de Monte Real à aviação civil, porque é um projeto essencial para o distrito de Leiria e para toda a região Centro.

3. FERROVIA, UM COMBOIO CADA VEZ MAIS DIFÍCIL DE APANHAR

O distrito de Leiria é um território que ao dia de hoje é atravessado por duas linhas ferroviárias, nomeadamente a Linha do Norte e a Linha do Oeste. Enquanto a Linha do Norte apenas possui expressão no concelho de Pombal, a Linha do Oeste possui uma importância fulcral na mobilidade de quase todos os concelhos do distrito localizados na faixa litoral, nomeadamente Bombarral, Óbidos, Caldas da Rainha, Alcobça, Nazaré, Marinha Grande, Leiria e Pombal.

Se no passado a ferrovia possuiu um importante estímulo ao desenvolvimento territorial do distrito graças à sua ligação a atividades económicas como a extração de carvão das minas da Bezerra, em Porto de Mós, hoje verifica-se que a aposta ferroviária anda desligada das necessidades das gentes e empresas do território. Para percebermos isso, basta olharmos que uma viagem entre Caldas da Rainha e Leiria demora menos tempo e é mais barata se for realizada de autocarro comparativamente com a viagem realizada de comboio, para além de ocorrer um menor número de supressões e cancelamentos do que os números que representam as que acontecem no transporte ferroviário de passageiros. Contudo, esta diferença em termos de tempo de viagem e de custo é ainda maior se a viagem for entre Caldas da Rainha a Lisboa Sete Rios, percurso pendular esse realizado por diversas pessoas que residem na região Oeste e trabalham na área da Grande Lisboa.

Olhando para termos ambientais, verifica-se hoje em dia que a circulação de comboios na linha Oeste é ainda efetuada com recurso a locomotivas a Diesel, sendo das poucas linhas em atividade que ainda não se encontra eletrificada, demonstrando as promessas ocultas dos sucessivos governos socialistas desde 2015 no que toca à ferrovia no distrito.

Para além da questão técnica da linha, verificamos ainda o parque de locomotivas e de carruagem é deveras insuficiente, demonstrando que a CP – Comboios de Portugal E.P.E., enquanto único operador do mercado ferroviário de passageiros, tem desadequado por completo a resposta da empresa às necessidades de mobilidade da população do distrito. O facto de as locomotivas serem alimentadas a combustíveis fósseis fazem com que o transporte ferroviário no distrito não seja atrativo, para além de se verificar a ocorrência de diversas viagens suprimidas ou canceladas, destruindo toda uma ideia de previsibilidade associada aos transportes públicos e caracterizando a Linha do Oeste não só como a Linha das Supressões, mas também como a Linha que suprime todo um desenvolvimento económico e mobilidade de uma região.

Se mudarmos de foco para a linha do Norte no concelho de Pombal, percebemos que a mesma já se encontra eletrificada mas começamos a notar que os comboios de passageiros que usam esta via tendem apenas a passar e não a parar, impossibilitando assim que o comboio de Longo Curso, em especial o serviço de Alfa Pendular, sirva um território e uma

área de abrangência desde o Entroncamento a Alfarelos, algo como uma distância de

cerca de 80 kms em linha reta, apesar da forte procura que se sente por este serviço.

Posto isto, assistimos ainda a uma promessa socialista de construção de uma nova linha de alta velocidade para serviço de passageiros entre Lisboa e Porto, que alegadamente será projetada em duas fases, sendo que a primeira fase chegará a Soure.

Fazendo este diagnóstico, vimos por este modo requerer que o PSD Nacional acompanhe as preocupações do PSD Distrital de Leiria e pugne nos fóruns certos e junto das entidades competentes pela:

- Conclusão da execução da obra de eletrificação da Linha do Oeste no troço Meleças - Torres Vedras – Caldas da Rainha;
- Adjudicação e concretização da obra de eletrificação da Linha do Oeste no troço Torres Vedras – Caldas da Rainha
- Conclusão do Projeto de Eletrificação da Linha do Oeste Caldas da Rainha – Lourical (Pombal), lançamento de processo concursal e execução da mesma;

- Renovação da frota que opera na Linha do Oeste, com o natural recurso a energia elétrica;
- Propor que na preparação do projeto da construção de uma nova linha de alta velocidade para serviço de passageiros entre Lisboa e Porto, que alegadamente será projetada em duas fases, tenha como local de término da primeira fase em Leiria.
- Melhoria da oferta do serviço ferroviário de passageiros no distrito de Leiria, nomeadamente na Linha do Norte e do Oeste.

Assim, o que a Assembleia Distrital apresenta ao congresso nacional do PSD é um pedido de apoio e de reconhecimento de um território que embora seja peça basilar da economia portuguesa padece de uma falta de investimento público “gritante” fruto de um desprezo e falta de consideração de um governo socialista que tudo promete e nada executa.

1º Subscritor

Hugo Oliveira

